

O EMPODERAMENTO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO/RO/BRASIL

Claudia Cleomar Araújo Ximenes Cerqueira¹
Benedito de Matos Souza Junior²
Rogério Antônio Carnelossi³
Adna Henrique de Lima Pio⁴
Sônia Maria Teixeira Machado⁵

RESUMO: O Brasil, em todo seu processo de colonização, adentrou no espaço ocupado pelo indígena sem que houvesse a preocupação com os que ali viviam. Nestes termos o objetivo geral proposto neste estudo é de identificar o indígena no espaço e tempo no município de Pimenta Bueno e entorno, Estado de Rondônia, Brasil. O recorte temporal é de 1970 a dezembro de 2014. Para fins de eficácia na investigação a abordagem hermenêutica fenomenológica é o método a nortear a pesquisa. Utiliza-se de fontes vernaculares com auxílio das grades científicas para análise das categorias geográficas: espaço e tempo. Por meio de entrevistas com residentes no município, busca-se pelo resgate historiográfico que há décadas se afastou de sua aldeia/tribo. O que levou ao afastamento? Questionamento que é identificado neste estudo, como os problemas relativos a uma série de lutas travadas entre indígenas de uma etnia a outra e vice-verso, a colonização da região, bem como fenômenos naturais que o próprio progresso tem enraizado em sua cultura.

Palavras-Chaves: Aldeia/tribo. Espaço. Tempo.

INTRODUÇÃO

O uso e ocupação do solo na região amazônica advêm do século XVII, por meio das Bandeiras oriundas de São Paulo. O processo de ocupação da região se deu de forma conturbada. Em vários momentos os combates foram sangrentos e assustadores. Importante a

¹ Mestre em Geografia e Bacharel em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Federal de Rondônia - unir, esp. em Administração Pública, em Gestão Financeira e em Docência do Ensino Superior pela Faculdade de Pimenta Bueno - FAP. Professora de Ensino Superior. Membro do LABICART. Membro da APECs-Brasil. E-mail: profa.ximenescerqueira@gmail.com.

² Bacharelado em Ciências Contábeis da Faculdade de Pimenta Bueno – FAP e, membro da Empresa Junior da FAP e acadêmico do colegiado de Ciências Contábeis da FAP, membro do grupo de Pesquisa e estudos Ambientais GEOCONTÁBEIS. E-mail: beneditojuniorpbr@gmail.com.

³ Especialista em Gestão de Empresas (2004) e em Auditoria Contábil (2006), ambas pela Faculdade de Pimenta Bueno - FAP. Graduado em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (2003), Auditor de controle interno na Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno RO. E-mail: rogeriocarnelossi@hotmail.com.

⁴ Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Pimenta Bueno – FAP. E-mail: adnapio3@gmail.com.

⁵ Mestre em Geografia (2016) e esp. em Metodologia do Ensino Superior (2005) pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Graduação em Artes Plásticas pela Universidade Federal de Uberlândia(1998). Professora do ensino básico, técnico e tecnólogo do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. E-mail: sonia.machado@ifro.edu.br.

busca pelo conhecimento da geohistoricidade de como se deu os fatos, no entanto, nos atinamos aos anos doravante a 1970, o que ajudará a analisar e compreender a pesquisa proposta no escopo deste estudo.

A visão do espaço vivenciado e do espaço idealizado proporcionado pelos estudos fenomenológicos, contribui na convergência entre o passado e o presente na identificação do indígena no espaço e no tempo. A pertinência do estudo é compreender o porquê do afastamento dos indígenas de suas tribos/aldeias de origem, o que levou a isto? A abordagem ao tema se deu por não se encontrar na literatura científica e histórica a identificação geohistórica dos mesmos no município de Pimenta Bueno, Rondônia.

1 O APODERAMENTO HUMANO DO ESPAÇO NO ESTADO DE RONDÔNIA

Em decorrência dos 35 anos de atuação do INCRA, foi realizada uma coletânea de artigos de servidores do Instituto, do qual culminou no livro *Memória Incra 35 Anos*, esta obra contribui com o resgate da história da colonização do Brasil. As ponderações expostas compõem artigos premiados, daqueles que viveu todo tipo de peripécia de um período em que as pessoas tinham seus direitos tolhidos pelo poder público. Mas, a necessidade fazia com que surgissem movimentos sociais ruralistas.

Segundo Barquete (2006), em resposta a aspiração popular decorrente da década de 1960 resultou numa série de medidas de políticas públicas em prol de modernizar os latifúndios. O saldo deste movimento foi a criação do INCRA por meio do Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970. O qual completou 44 anos de existência em 2015, implantado em todo o território nacional de forma gradativa. A saga do Instituto se confunde com a história de desenvolvimento agrário brasileiro no século XX, superando o trauma de outras políticas imediatistas e ineficazes.

No estado de Rondônia, o INCRA teve e tem papel fundamental no assentamento de milhares de famílias. A colonização na região norte ocorreu de várias formas, mas duas categorias são postas em observação: por meio de programas de colonização oficial e, a outra por conta própria. Esta última, o Estado, não demorou a por sob a égide dos pressupostos da ideologia militar com o POLONOROESTE e posterior com o PLANAFLORO. No entanto, lícito destacar que esta tutela não logrou êxito. Deixando um saldo ambiental negativo, sendo necessária no século XXI, a implantação de políticas públicas severas no combate e controle ao desmatamento e queimada.

Herlein (2006) explana que a necessidade de uma reforma agrária no Brasil era

gritante. Três fatores levaram a intensificação do fomento das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento agrário: “[...] a existência de vastas áreas de terras improdutivas, o constante crescimento de habitantes e a conseqüente necessidade do aumento de produção agrícola, o importante setor primário”. Surge neste contexto, a preocupação do Estado com as questões agrárias. O Governo Militar acreditava que era necessário incentivar a agricultura na Região Amazônica em detrimento de sua fauna e flora.

Segundo Bentszok et al (2009) a região central do Estado de Rondônia é considerado precursora de projetos de Reforma Agrária, particularmente no eixo ao longo da BR-364. O período foi de tensão, por um lado o Governo expropria seringalistas sem direito à indenização, pela falta de documentos que comprovassem a posse de suas terras, por outro estas pessoas passam a ser consideradas pioneiras pelo Governo Militar, mas sem terra e sem teto. Ficando, temporariamente, a mercê de infortúnios inerente aos centros urbanos.

A colonização de Rondônia ocorreu num processo gradativo de disputa tridimensional de território, de um lado o Estado, de outro as comunidades tradicionais e os expropriados, na terceira ponta os migrantes espontâneos (Figura 3). Este triângulo contribuiu para a formação do povo, entretanto não podemos deixar de observar que foi um processo extrativista e sem controle pelo Estado, nem por organismos privados.

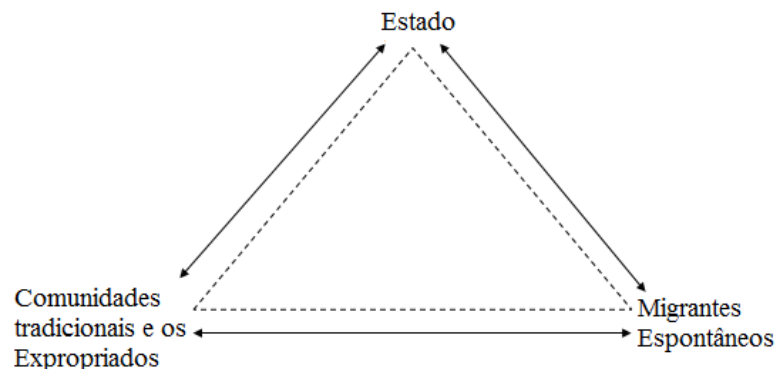


Figura 3: Estrutura de colonização no Estado de Rondônia

Foi por intermédio do INCRA, que surgiu os Projetos Integrados de colonização (PIC). Idealizado pelo Programa de Integração Nacional (PIN), carregava no seu bojo a construção de rede rodoviária (Belém – Brasília, Cuiabá – Santarém; Transamazônica e Porto Velho - Manaus), a qual estimulava a imigração e fomentava as atividades econômicas. Moreira (2011), ao traçar as linhas do desenvolvimento da sociedade e do espaço geográfico no Brasil relata a contribuição do Estado na distribuição geográfica dos latifúndios.

Bentszok et al (2009) expõe que estes projetos utilizaram terras, numa extensão de até

100 km de cada lado da Br-364. Os lotes foram cortados com aproximadamente 100 hectares, distribuídos a uma pequena parcela dos expropriados. No entanto, os recortes realizados e entregues aos mesmos não aplacou a revolta acentuada, pela forma arbitrária dos programas de assentamento e, por não ter alcançado todos aqueles que sofreram com estas ações.

Os conflitos decorrentes pela forma orquestrada de desapropriação do Governo Militar, provocou comoção entre os seringalistas e muitos destes, acabaram às margens das cidades, não retornando ao campo. A migração para a região Norte na década de 1970, segundo Brasil (1997), se deu pela continuidade das políticas governamentais da década de 1950, no sentido de integrar esse espaço ao resto do território nacional com diversas iniciativas, dentre essas, podemos destacar a colonização dirigida.

A política de colonização dirigida foi tardia e a ocupação não se deu da forma planejada e não alcançaram todos aqueles que foram retirados das terras que ocupavam. Os conflitos permaneceram, se estendendo até o século XXI, em sangrentas disputas territoriais. Estes conflitos se deram pela invasão de espaços pertencentes, a seringueiros, colonos e indígenas, bem como o deslocamento de aldeias inteiras em detrimento do progresso e da confirmação de posse da região pelo Governo Brasileiro.

Os Projetos Integrados de Colonização (PIC), tiveram sua repercussão inicial positiva. Ferreira (2012, p. 80) expõe que os PICs “[...] foram destinados à faixa de população de baixa renda, principalmente para atrair cada vez mais famílias para Rondônia”. Por conta da procura excedente de terras o Governo precisou abrir novos projetos. No contexto, Benzstok et al (2009) especifica que na década de 1970 o Governo desenvolveu 05 (cinco) PICs, concentrados na região central do Estado de Rondônia, como é apresentado na figura 2.

| Projetos | Ano de Criação | Área (ha) | Número de famílias | Área de Influência |
|----------------------------|----------------|-----------|--------------------|---|
| PIC Ouro Preto | 1970 | 512.585 | 5.000 | - Ouro Preto D'Oeste - Ji-Paraná |
| PIC Gy-Paraná | 1971 | 486.137 | 5.000 | - Cacoal - Presidente Médici - Rolim de Moura - Pimenta Bueno - Espigão D'Oeste |
| PIC Adolfo Rohl | 1973 | 407.210 | 3.500 | - Jarú |
| PIC Paulo de Assis Ribeiro | 1973 | 293.580 | 3.500 | - Colorado D'Oeste |
| PIC Sidney Girão | 1974 | 60.000 | 600 | - Guajará-Mirim |

Figura 2: PICs caracterizados por área, número de famílias e área de influência

Fonte: Benzstok et al (2012) (Adaptado)

No município de Pimenta Bueno, localizado no PIC Gy-Paraná, foram realizados até o ano de 2000, seis assentamentos, Canaã, Caladinho, Casulo Formiguinha, Marcos Freire,

Pirajuí, Ribeirão Grande e Eli Moreira (figura 4) (figura 3). Sendo, no contexto, realizado estudo de caso no Projeto Casulo Formiguinha, o qual é considerado como casulo pela dimensão dos lotes distribuídos: 2 (dois) ha.

| Identificação | Data Publicação | Nº de Família | Localização | Área Geral |
|------------------------|--|----------------------|--|---|
| PA Marcos Freire | 26/04/1988 05/09/2001 04/09/2002 | 300 373 352 | Gleba 3, linhas 50-55, capa 48-56; Gleba 4, linhas 30-35, capa 40-44 Obs: pertence aos municípios de Pimenta Bueno; São Felipe D'Oeste e Primavera de Rondônia. | 10.688,7709 Especifica de Pimenta Bueno: 3.549,4628 |
| PA Ribeirão Grande | 03/08/1990 28/06/2001 20/11/2013 | 238 172 172 | Gleba Corumbiará, linha 45-49, capa 70 a 80. Sua extensão vai até o Rio Melgacinho. | 7.379,6209 |
| PA Pirajuí | 27/09/1995 14/09/1998 16/10/2013 16/11/2013 | 37 42 37 37 | Gleba 7, setor Barão do Melgaço, linha 35 a 40. O rio Melgacinho passa pela PA. | 1.478,4739 |
| PA Eli Moreira (Dimba) | 19/10/1995 14/09/1998 10/01/2003 | 113 114 114 | Gleba Urucumacuã, fusão do 29 e lote 98. Obs: até as margens da BR 364. | 2.599,3149 |
| PA Canaã | 01/10/1995 27/11/2000 | 81 83 | Gleba Castro Alves, linhas 5-10. Obs: Chega às margens do Rio Roosevelt e é divisa com a reserva indígena Aripuanã. | 3.074,8421 |
| PCA Formiguinha | 02/09/1999 05/09/2002 | 75 71 | RO-010 km 31 | 300,0000 |
| PA Caladinho | 23/12/2008 05/03/2009 | 17 24 | Setor Roosevelt, capa 114. Obs: próximo ao rio Roosevelt | 829,1182 |

Figura 3: Taxonomia dos Assentamentos em Pimenta Bueno
Fonte: Dados da pesquisa adquirido no INCRA de Pimenta Bueno pela autora

A outra forma de ocupação, como já mencionados, foram os Projetos de Assentamento Dirigido (PAD). O objetivo era de fixar os expropriados, diminuindo os conflitos por terra na região. Embora, as intenções do Estado fossem de devolver os pioneiros ao campo, estes tinham a tarefa de tornar a terra produtiva, nem que para isto, devessem derrubar a mata em detrimento de perder o direito sobre a mesma por não produzirem. Costa Silva (2012) frisa que o aumento populacional promove uso significativo do solo.

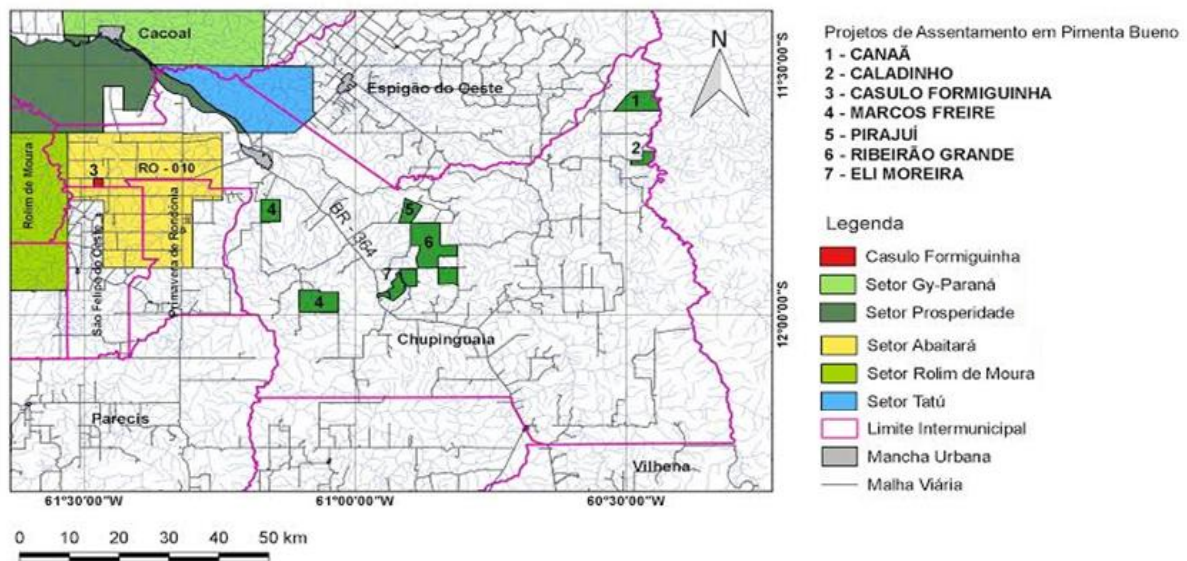


Figura 4: Localização dos Assentamentos em Pimenta Bueno, Rondônia
 Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa

A paisagem amazônica foi transformada, tendo em vista que em 1960 a Região Norte possuía 120 municípios, e no ano de 2010 contava com 449, sem considerarmos os municípios do estado do Mato Grosso e parte do Maranhão que fazem parte da Amazônia Legal. Em especial, o estado de Rondônia entre 1970 e 2010 deu um salto do início do POLONOROESTE na década de 1980 para o início do PLANAFLORO e, deste último plano para o senso de 2000 (IBGE, 2015a), como mostra a figura 5, formação que permanece até 2015.

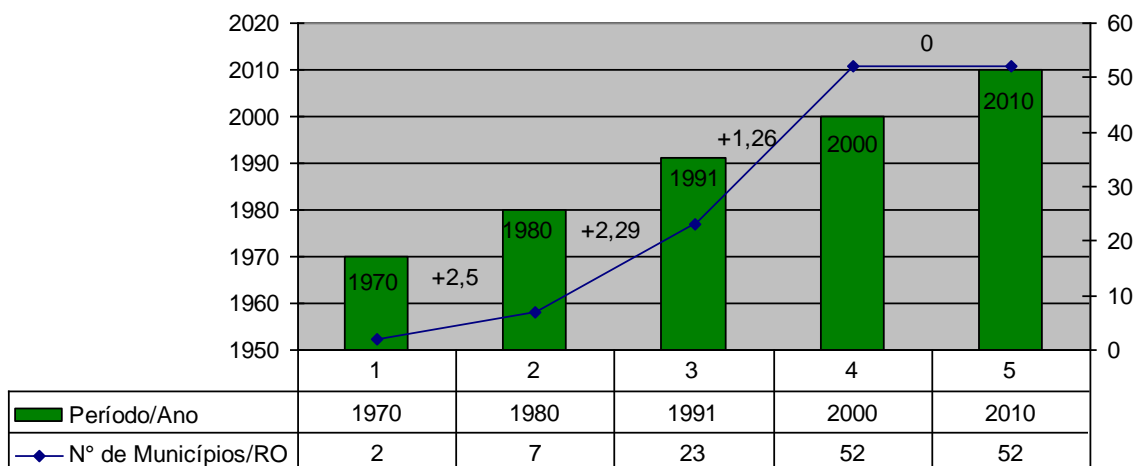


Figura 5: Evolução da divisão territorial do Estado de Rondônia de 1970 a 2010
 Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE, 2015a

Em análise da figura 5 se percebe aumento gradativo dos municípios e, o espaço

temporal é de 10 (dez) anos entre um senso e outro. O percentual de aumento nas duas primeiras décadas é mais de 02 (duas) vezes o quantitativo da anterior. Apesar da década de 1991 ter tido um aumento significativo, ponderando que o dobro de 23 é superior ao dobro dos 7 (sete), devemos levar em consideração que neste período houve desmembramento de vários municípios dentro do Estado, como, por exemplo, no município de Pimenta Bueno, que dele originou os municípios de São Felipe D'Oeste, Parecis, Primavera de Rondônia, Espigão D'Oeste e parte de Santa Luzia D'Oeste e parte de Chupinguaia.

O aumento populacional também teve grande salto de uma década para a outra e, o interessante é que os núcleos que originaram as cidades se deram devido aos 5 (cinco) PIC supracitados. Segundo o IBGE (2015b) estima-se que para o ano de 2014 a população total é de 37.230 mil pessoas. A evolução populacional no Estado (figura 6) advém muito mais da migração promovida pelos planos de desenvolvimento regionais do Governo Federal do que de natalidade, planos estes que nos aprofundaremos adiante.

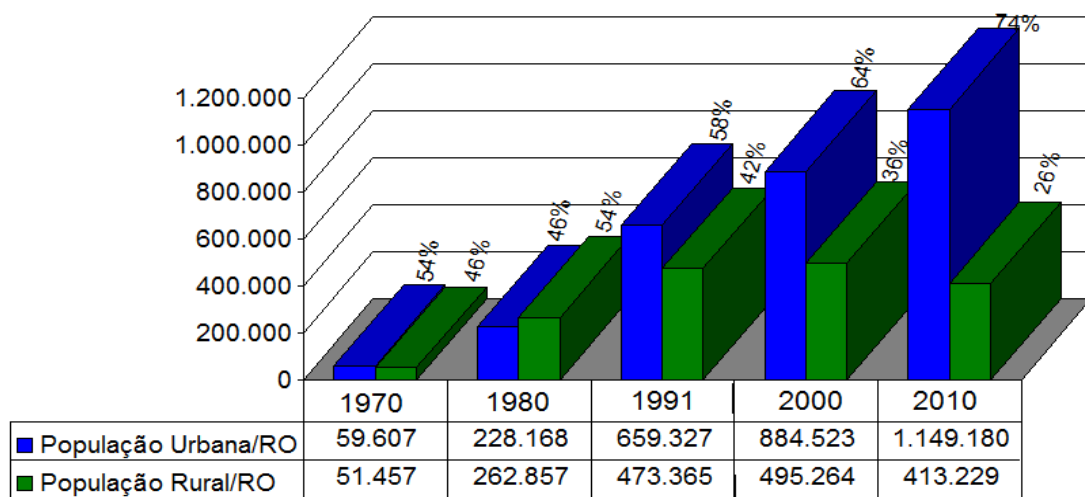


Figura 6: Evolução populacional no Estado de Rondônia de 1970 a 2010

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE, 2015a

Não só de expropriados foram povoados os assentamentos. O movimento de colonização privada, como destaca Santos (2001, p. 27) foi orientada “[...] partindo do oeste do Rio Grande do Sul e do Paraná na direção setentrional, orientando-se ao Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia”. Este deslocamento foi motivado pela possibilidade de adquirir recorte de terras maiores do que já possuíam, ou por indivíduos sem terra que tinham a esperança de conseguirem assentamento. O autor destaca que este processo não foi tão agressivo como os demais, não obstante, provocou considerável aumento demográfico na região, como pode ser observado na figura 5.

Lícito destacar que a chegada de migrantes no Estado de Rondônia, como afirma Souza (2009), elevou o número de conflitos por terra. O INCRA não dava conta de assentar o grande contingente de pessoas à caça de terras produtivas. Na busca de resolver as contendas, o Governo Militar buscou por assentar as famílias nos Projetos de Assentamento Rápido (PAR), o que ocorreu na década de 1980, em ocasião do POLONOROESTE. Foi o período em que mais ocorreu a expropriação de índios e seringueiros, doravante, os que não conseguiam eram esquecidos pelo Estado, ficando às margens das cidades.

Considerado por Bentszok et al (2009) como laboratório experimental, no centro de Rondônia, foi assentado milhares de famílias, as quais, recebiam, no começo, ajuda financeira de incentivo ao desenvolvimento insustentável. Com base na crença de desenvolvimento econômico da agricultura, as famílias derrubavam e queimavam grandes áreas, transformando a paisagem e construindo novos espaços, num complexo ciclo vicioso de desmatamento e queimada.

A liberdade deste argumento se dá a partir do pressuposto de que Milton Santos (2012a, p. 55), está correto ao afirmar que “[...] o espaço se modifica para atender às transformações da sociedade”, não o contrário. Neste ponto, ousamos expor que o desenvolvimento do Estado de Rondônia teve seus espaços reordenados de acordo com a leva de migrantes e com as novas estruturas econômicas pautadas no desenvolvimento capitalista, contrário ao que era preconizado pelo Governo.

Por meio da Portaria nº 20, de 08 de abril de 2008, é aprovado pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, o regimento interno do INCRA, o qual tem por finalidade quatro eixos norteadores. O primeiro trata de promover e executar a reforma agrária com o objetivo de melhor distribuição da terra. A segunda parte para questões administrativas e operacionais no que se refere a promover, coordenar, controlar e executar a colonização. A terceira versa sobre as terras devolutas federais e sua destinação, de forma a torná-la produtiva. A quarta busca por gerenciar a estrutura fundiária brasileira.

Não só no período de colonização da região Amazônica que os conflitos surgiam, ainda, em pleno século XXI, os conflitos de terras existem e, continuam fazendo vítimas. Em julho de 1995, em Rondônia teve o caso de Corumbiaria, conhecida pela forma sangrenta que foi resolvido os conflitos de posse da terra (MESQUITA, 2003). Com o intuito de coibir estes conflitos, o INCRA teve e tem papel preponderante no desenvolvimento agrário do país. Dele provem toda regulamentação da distribuição de terras e cabe a reforma agrária, tão debatida e discutida, porém, sem grandes avanços no campo das políticas,

3 A RONDÔNIA QUE CONHECEMOS

O Estado de Rondônia recebeu os primeiros bandeirantes em 1524, porém somente no final do Século XIX que se intensificaram as missões com a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré e sua inauguração no início do Século XX. Em 1907, por meio de Cândido Mariano da Silva Rondon, encarregado em implantar a linha telegráfica entre o Mato Grosso e Amazonas é que surge, entre outros, o povoado de Pimenta Bueno. Rondon “[...] iniciou os trabalhos que seriam também de levantamento e determinações geográficas, estudo de riquezas minerais, constituição do solo, clima, florestas e rios” (SILVA, 1997, p. 88). Em 1915 Roquete Pinto (1935, vl. 39) sugeriu que as terras cortadas entre o Jurena e o Madeira por Rondon, passassem a serem chamadas de “terras de Rondônia”.

Como destacou o Major Frederico Rondon (1939, vol. 130, p. 278-279)

Poucas regiões fronteiriças faceis, como a Rondônia Ocidental, tantas condições de êxito para a colonização em apreço terras nacionais ou devolutas que comportariam amplamente o cêntuplo da população que hoje possuem; riquezas de facil exploração e mercado certo; transportes faceis, a meio caminho do Amazonas e do Prata; população aclimatada para os primeiros núcleos, guarnições militares em vias de instalação. (escrita original)

Pimenta Bueno passou a ter importância e figurar como ponto estratégico na expedição de Rondon em 1909, quando o oficial militar deu ao rio que possui 50 m largura, o nome de Pimenta Bueno em homenagem a um coreógrafo do Estado do Mato Grosso ao chegar neste rio em 11 de outubro de 1909, ao qual se deve linhas magistrais (ROQUETE PINTO, 1935).

O município de Pimenta Bueno “[...] foi criado pela Lei Federal nº 6.448, de 11 de outubro de 1977, nascendo com uma área territorial de 11.700 Km², que foi desmembrada de Porto Velho” (LORENZON, 2002, p. 95) e, no período a população era de aproximadamente 17 mil habitantes. Estima-se 37.230 mil habitantes em 2014 (IBGE, 2015).

Ferreira (2012, p. 47) conta que “As experiências de colonização agrícola em Rondônia datam de 1945, com a criação da Colônia do IATA localizada a 35 km de Guajara Mirim (fronteira com a Bolívia), posteriormente denominada Colônia Agrícola Presidente Dutra”, depois surge em 1948-49 a Colônia Candeias a 20 km de Porto Velho, com emancipação política adquirida em 1992.

A década de 1970, a da colonização dirigida, foi considerada como a década da destruição pelo grande número de áreas desmatadas, por derrubadas e queimadas. Pudera que

a Operação Arco de Fogo, no ano de 2009, aponta no Estado de Rondônia quatro municípios prioritários ao combate ao desmatamento e queimada: Porto Velho; Nova Mamoré, Machadinho e Pimenta Bueno.

Costa Silva (2014, p. 89) explica que a geografia no Estado de Rondônia é depositária de uma “[...] espacialidade maior da Amazônia, na qual a construção da estrada de ferro Madeira Mamoré desencadeou uma ocupação regional mais efetiva”. O fenômeno da ocupação territorial deu-se por meio de *boom* econômico.

A ferrovia foi um fracasso comercial, mas, “[...] não deixou de instalar de forma definitiva, uma população fixa nas margens do Madeira e do Mamoré. Se a função da via no comércio continental foi pouca, seu papel na vida local foi importante [...]” (TÉRRY, 2012, p. 50). Ao longo de seus trilhos surgiram povoados que posteriormente foram emancipadas tornando importantes cidades da região amazônica.

Almeida Silva (2012, p. 91) elenca que,

O processo de colonização produziu profundas modificações não somente com relação à natureza, mas, sobretudo no modo de vida e na cultura das populações indígenas e tradicionais. As políticas públicas, de modo em geral, direcionadas a Amazônia, particularmente em Rondônia, possuem pouca eficiência – soma-se a isso o contingenciamento de recursos financeiros. O resultado que se verifica como consequências é a dilapidação do patrimônio cultural e ambiental dessas populações, o que coloca em risco a sustentabilidade regional.

Os encontros e desencontros dos interesses do Estado com as necessidades das populações tradicionais ficam claros quando nos deparamos com os pontos culturais sendo dilapidados pelo por falta de manutenção. No entanto, cabe aqui, identificar o indígena no espaço e no tempo no município de Pimenta Bueno.

4 O INDÍGENA, O ESPAÇO E O TEMPO

Falar de espaço e tempo é elencar a percepção de escritores que colocaram no papel suas experiências, suas observações. Na década de 1930, Roquete-Pinto (Roquete-Pinto 1935, p. 19), já apresentava as mudanças ocorridas com os indígenas a partir do contato com o *homem branco*, como se faz conhecer:

Agora mesmo, os machados de pedra não existem mais na Serra do Norte; cada índio já possui machado de aço. Riem-se até os Nambikuáras daquele venerável instrumento que, há dois ou três anos, era elemento fundamental da vida, derrubando *mel* e fazendo *roçadas*. (escrita original). (ROQUETE-PINTO, 1935, p. 19).

Percebem-se mudanças culturais desde o início do século XX. Estas mudanças são decorrente de diversos fatores, entre eles a globalização das informações. O dinamismo em que se vive acelera as transformações culturais. Como explicam Almeida Silva et al (2009, p. 208),

Uma das grandes questões centrais que dizem respeito aos povos com culturas imemoriais é o imenso processo pelo qual passaram a partir da chegada dos colonizadores ao Novo Mundo, trazendo consigo novos valores, formas e concepção e de como se relacionar com o mundo. Essa chegada implicou em sua série de profundas mudanças com enormes impactos não apenas na forma de se relacionar com a natureza, mas, sobretudo em termos culturais, provocando rupturas e o desequilíbrio nas relações comunitárias e, conseqüentemente, no seu modo de vida.

A relação do Ser Humano com o espaço é vista de forma dupla por Bollnow (2008), segundo o autor,

[...] por um lado, o espaço se expande ao redor do homem e pertence a sua constituição transcendental. Por outro lado, o homem não carrega por aí seu espaço, como a lesma carrega o caracol, mas normalmente diz movimentar-se “no” espaço, pois ele se movimenta e o espaço, enquanto isso, permanece fixo. E o espaço não é dado dependente de um sujeito, mas mesmo que eu me movimente “no” espaço, ele forma um sistema de coordenadas definido, relativo ao sujeito. São relações curiosas limitadas umas nas outras, e nós nos atemos inicialmente, de forma tão estreita quanto possível, na compreensão ingênua do homem ainda livre da afetação filosófica. (BOLLNOW, 2008, p.59-60)

Pertinente buscar pela compreensão do espaço e da relação que o indivíduo tem com o mesmo. Esta dualidade concentra-se no que é fixo e no que é mutável. Neste contexto que buscamos por Tuan (2013), o qual explica que o

“Espaço” é um termo abstrato para um conjunto complexo de ideias. Pessoas de diferentes culturas diferem na forma de dividir seu mundo, de atribuir valores as suas partes e medi-las. As maneiras de dividir o espaço variam enormemente em sofisticação assim como as técnicas de avaliação de tamanho e distância. Contudo, existem certas semelhanças culturais comuns, e elas repousam basicamente no fato de que o homem é a medida de todas as coisas. (TUAN, 2013, p. 49)

Nesta linha de pensamento se busca pelo sujeito que mais foi prejudicado com a colonização e o coloca defronte com o uso e ocupação do solo. Quanto ao espaço para o indígena, Almeida Silva (2012, p. 91) contribui com esta pesquisa, explicando que,

Para os indígenas, especialmente aqueles com pouco ou nenhum nível de relacionamento com a sociedade envolvente, o espaço de representação e de pensamento reflexivo é portador de dimensões distintas da sociedade urbana e moderna, em virtude de conceberem espaços de ação que é extensão do próprio ser.

Observa-se que o sentido de espaço para cada sociedade se faz singular, segundo Tuan (2012, p. 73) “As atitudes de relação à vida e o meio ambiente refletem necessariamente variações individuais e fisiológicas”. Assim, se compreende aqui, o espaço do indígena como sendo o meio em que vive, a lógica de ser e de uso do ambiente.

5 MÉTODOS E TÉCNICAS

Abordagem fenomenológico-hermenêutico utilizado por Bollnow e Tuan é considerado o método adequado neste estudo. O qual Sposito (2004) considera que trata do uso da consciência, do conhecimento filosófico, onde busca descrever o fenômeno, valorizando o território e possibilitando a compreensão do significado de lugar.

A técnica utilizada foi de entrevista, das quais os colaboradores serão mantidos no anonimato devido à exigência dos mesmos. Durante a pesquisa, foi observado que os colaboradores estavam descontraídos e ao relembrar a trajetória de sua família para Rondônia a emoção se fazia presente. O desenvolvimento da pesquisa de campo foi salutar para compreender a dinâmica que se deu com a chegada de indígenas missionários no município de Pimenta Bueno e o que os levou ao afastamento de suas tribos/aldeias.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA

Possível dizer que o espaço que vivenciamos já passou por variadas transformações, mas o que se questionou pelo colaborador é se são benéficas a eles. Isto faz refletir a questões ambientais. Portanto, em vista disso, aqui é relatada a trajetória real de uma família indígena que viveu essas transformações e que compartilha esta realidade. A entrevista serviu como norte para a compreensão do uso e ocupação das terras rondonienses.

O casal que participou da entrevista morava em Campo Grande-MS, com uma proposta missionária tomaram como destino nos anos de 1985 o estado de Rondônia, com local de moradia no município de Pimenta Bueno. A proposta que receberam foi de uma Igreja a qual tinham se convertido, para que fossem levar aos indígenas rondonienses a “Salvação”.

Para alcançarem o seu destino à trajetória até o ponto desejado era de grandes matas, estradas fechadas, cercadas de lamas e alguns empecilhos que faziam com que a rota levasse até mais de 15 dias ao destino principal. A estrada era de atoleiros em que os veículos chegavam a passar dias enfileirados por conta de atoleiros no período de chuva.

Contam os colaboradores que na época o município de Pimenta Bueno não possuía grandes mercados, estradas boas, mas mesmo assim tinha quantidade de árvores que rodeava rios e lagos fazendo assim boa ventilação, ar fresco e os rios tinham peixes e as águas eram limpas. A ênfase dada pelo casal é que havia moradores na beira dos rios que pescavam para seus alimentos diários. Na missão de evangelizar o povo desta localização, viram as transformações que ocorreram.

O casal tem três filhas, sendo duas Pimentense (RO) e outra Mirandense (MS), com o passar dos tempos tiveram que se habituarem as transformações radicalizadas que fora ocorrendo. Apesar de morarem em setor chacareiro, os indígenas sentiram a diferença impactante. Uma das filhas expõe que: — *às vezes imaginamos que o homem inventa, reinventa para facilitar um lado acaba prejudicando aos seus próximos*. Sendo assim está família por ser de uma miscigenação indígena destaca que o ambiente é o que valoriza os bens naturais que o homem pode usufruir sem prejudicar.

Em nossa realidade temos encontrados vários fatores que nos faz ter visões do mundo que estamos habituados, sendo uma delas a questão que ofusca é como o homem tem se avançado em meios tecnológicos tais como; grandes hidrelétricas, minerações, abertura de pastagens para plantios, criações de bovinos e dentre outros.

Hoje os mesmos residem no perímetro urbano do município os quais expõe: — *tudo que era antes em alguns pontos melhoraram, mas em questão ambiental sem planejamento desvalorizou alguns pontos de Pimenta Bueno, tornando assim prejudicial à comunidade*. Relatam, também, a perda da cultura de seu povo, uma vez que a miscigenação, é um fator que não se tem como impedir.

No começo viviam numa chácara destinada para a “missão”, a qual ainda é para este fim. Essa comunidade recebe indígenas vindas de diversas tribos, as quais enviam seus filhos e filhas para uma espécie de “catequese”, onde se preparam por, aproximadamente dois anos. Os jovens que ficam na chácara estudam as lições da *missão* e frequentam a escola regular da rede pública municipal e/ou estadual e, assim que concluem seus estudos retornam para suas aldeias, levando consigo um novo conhecimento.

Contam que deixaram suas tribos/aldeias em busca de uma vida espiritual melhor. Pois, acreditam que a forma antiga de ver a espiritualidade de seu povo não é a mais adequada e que a evangelização aos moldes das grandes missões religiosas são as que os levarão para a salvação. Mas, não deixam de apontar que muitos foram os transtornos que vivenciaram por conta dessas mudanças radicais e, são conscientes que tem sido prejudicial aos povos indígenas e que precisam buscar novos meios para sobreviver a estes atos.

7 *CONSIDERAÇÕES FINAIS*

O espaço não é um amontoado de coisas, nem está solto sem direção. A necessidade da interpretação do espaço sob o ápice de que o mesmo é construído no entorno do indivíduo o qual não carrega consigo, pois o espaço permanece fixo. Em virtude a reflexão sob a construção do espaço se percebe que as ações humanas dão um re-ordenamento às linhas espaciais. Neste contexto que foi abordado este estudo.

O mesmo espaço que abriga populações com características econômicas, sociais, religiosas e culturais distintas, é o que reúne indivíduos com os mesmos interesses. Justo destacar que somente por meio de métodos eficientes e eficazes de pesquisa podem ser conhecidas e compreendidas. Por meio deste estudo abre-se espaço para novas investigações, com a margem de acerto ainda maior, devido às pesquisas antecessoras.

Os grupos de indígenas estudados residem no município de Pimenta Bueno desde o ano de 1985. Saíram de sua aldeia com o objetivo de evangelizar e ajudar os indígenas da região a encontrarem a “salvação”. As missões evangelizadoras buscam por jovens indígenas (com a permissão dos pais e/ou responsáveis) para serem preparados para os mesmos fins que os colaboradores saíram de suas tribos/aldeias. A pesquisa alcançou o objetivo de identificar os indígenas no espaço e tempo no município de Pimenta Bueno.

8 *REFERÊNCIAS*

ALMEIDA SILVA, Admilson de; OLIVEIRA, Lindinalva Azevedo de; COSTA SILVA, Josué da; SATERÉ-MAWÉ, Maria José da Costa Souza. Expropriação da representatividade e da identidade cultural indígena no Amazonas: uma perspectiva de reflexão geográfica. pp. 207-235. *In*: KOZEL, Salette; COSTA SILVA, Josué da; FILIZOLA, Roberto; GIL FILHO, Sylvio Fausto (organizadores). **Expedição Amazônica: desvendando espaço e representações dos festejos em comunidades amazônicas – “A festa do boi-bumbá: um ato de fé”**. Curitiba: SK ed., 2009. 348p.

ALMEIDA SILVA, Adnilson de; NASCIMENTO SILVA, Maria das Grças Silva; COSTA SILVA, Ricardo Gilson da (organizadores). **Colonização, território e meio ambiente em Rondônia: reflexões geográficas**. Curitiba: SK Editora, 2012.

BARQUETE, Paulo Roberto Fontes. Memórias e fragmentos: o sonho da reforma agrária e o Incra. *In*: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Memória Incra 35 anos**. Brasília: MDA: Incra, 2006. 206p. p. 79-86.

BENSZTOK, Jacob; ERTHAL, Rui; TUBALDINI, Maria Aparecida; DEUS, José Antonio Souza de; MACEDO, Giovanni Raimundo de.

Projetos Integrados de Colonização (PICs): Paradigma da Contra-Reforma Agrária Promovida pelo Regime Militar nos Anos 70 na Amazônia. *In: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária e V Simpósio Nacional de Geografia Agrária*, 2009, Niterói. Anais do IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária e V Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2009. [online]. Disponível em: www.uff.br/vsinga/.../Projetos%20Integrados%20de%20Colonização.pdf. Acesso em: 15 de fevereiro de 2015. 05h15min.

BOLLNOW, Otto Friedrich. **O homem e o espaço**. Curitiba: UFPR. 2008. 327p.

BRASIL, Marília Carvalho. **Os fluxos migratórios na região Norte nas décadas de 70 e 80: Uma análise exploratória**. Caderno de Estudos Sociais. Recife, v. 13, n. 1, p. 61-84, jan./jun., 1997. [online]. Disponível em: <http://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1197/917>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2015. 06h12min.

COSTA SILVA, Ricardo Gilson. Espaço, sociedade e natureza em Rondônia. p. 82-105 *In: CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. Gestão Ambiental: desafios e possibilidade*. Curitiba: 2014.

COSTA SILVA, Ricardo Gilson. Das margens do Madeira ao interior da floresta: percursos da formação socioespacial de Rondônia (1970-1995). *In: ALMEIDA SILVA, Adnilson de; NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva; COSTA SILVA, Ricardo Gilson. Colonização, território e meio ambiente em Rondônia: reflexões geográficas*. Curitiba, SK Editora, 2012. 426p. p. 58-82.

FERREIRA, Maria Madalena. Rondônia: principais fases de desenvolvimento. p. 31-57 *In:*

_____. **Informações Completas**: Pimenta Bueno. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=110018&search=||info%EF5es-completas>. Acesso em: 12 de abril de 2015. 14h13min.

LORENZON, Ademar Roque. **Pimenta Bueno**: um pouco de sua história. Porto Velho: Grafriel, 2002.

MESQUITA, Helena Angélica de. O Conflito na Fazenda Santa Elina / O Massacre de Corumbiara: a farsa do processo judicial e do Júri Popular. *In: Pegada*, vol. 4, n. 2. Novembro 2003. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/887/905>. Acesso em: 30 de abril de 2015. 14h20min.

RONDON, Frederico. **Na Rondônia Ocidental**. 2. ed. ilustrada, vol. 130. São Paulo: Brasileira, 1939. (Série Brasileira) 287p.

ROQUETTE-PINTO, Edgar. **Rondônia**. 3. ed. vol. XXXIX. São Paulo: Brasileira, 1935. (Série Brasileira) 407p.

SANTOS, Milton (1982). **Pensando o espaço do homem**. 7. ed. 2. reimp. São Paulo: EDUSP, 2012a. 96p (Coleção Milton Santos; 5).

SANTO, Benedito Rosa do Espírito. **Os caminhos da agricultura brasileira**. São Paulo: Evoluir, 2001. 336p.

SILVA, Amizael Gomes da. **Conhecer Rondônia**. 2. ed. Porto Velho: M & M, 1997. 167p.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004. 219p.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A contra-reforma agrária em Rondônia: colonização agrícola, expropriação e violência. *In: V Encontro de grupos de pesquisa*. Agricultura, desenvolvimento regional e transformações socioespaciais. 25, 26 e 27 de novembro de 2009. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/engrup/index.php/historico.html>. Acesso em: 24 de janeiro de 2015. 15h22min.

THÉRY, Hervé. **Rondônia**: mutações de um território na Amazônia Brasileira. Curitiba: SK Editora, 2012.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Londrina: Eduel, 2013. 248p.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012. 342p.